

ENTRE CASSETETES E TIJOLOS: CULTURA, POLÍTICA E MÍDIA NA GREVE DA CONSTRUÇÃO CIVIL CURITIBANA DE 1979.

Luís Felipe Machado de Genaro¹

Resumo: Busca-se neste artigo discutir o conceito de Cultura Operária ao abordar as inúmeras práticas, vivências e experiências cotidianas das classes trabalhadoras urbanas, focalizando o operariado da construção civil, responsável por engrossar uma onda de movimentos grevistas e insurrecionais no Brasil do final da década de 1970 e início de 1980, período que se fiava a chamada “redemocratização”. Para construirmos a nossa argumentação, utilizamos três autores principais: Marcia Célia Paoli, Salvador Sandoval e Nair Heloísa Bicalho de Sousa – tais autores fizeram de suas carreiras acadêmicas poderoso instrumento de crítica, analisando histórica e sociologicamente as lutas e resistência do heterogêneo operariado brasileiro. Com base em nossas fontes primárias – o periódico Gazeta do Povo – aprofundar nossa análise com base em um acontecimento histórico de curta duração, mas com grande impacto no movimento operário nacional: a greve da construção civil curitibana de novembro de 1979. Através de notícias e editoriais registrados nas páginas do jornal, adentramos o mundo do trabalho de uma categoria marginalizada e excluída do leque de direitos e cidadania, ainda cambaleantes dado a força da ditadura civil-militar há décadas instaurada no país. Alguns autores nos auxiliam na busca da compreensão do jornal como fonte histórica, em uma leitura crítica ao discurso jornalístico e como suporte de pesquisa, como Renée Zicman Barata, Tânia Regina de Luca, Noam Chomsky e Douglas Kellner. Através de nossa fonte, contextualizando historicamente o movimento grevista de 1979, levantamos questões variadas envolvendo a luta dos trabalhadores, a sua afirmação no campo social e política, sempre como norte a controversa conceituação “cultura popular” ou “cultura operária”, observando a interferência da grande mídia na chamada “cultura de massas”, apontando como o conceito de violência – presente na onda de greves à época – pode atravancar ou elucidar debates, e, por fim, as rupturas e elos possíveis entre os campos da política, da cultura, do trabalho e da mídia no período proposto e as comparações com o tempo imediato.

Palavras-chave: História Operária. Greves. Cultura.

INTRODUÇÃO

Como almejávamos, o título em questão foi proposital. “O operário em construção” foi escrito por Vinicius de Moraes em 1959, no Rio de Janeiro. Época em que o poetinha começava a se debruçar nos escritos e sonetos de caráter mais político e social, longe dos

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: Ifgenaro@hotmail.com.

amores de suas muitas mulheres. Foi no correr do século passado que o operariado brasileiro, salientando aqui as categorias das zonas urbanas, conquistou degrau a degrau sua legitimidade perante os diversos espaços de trabalho – e entre conflitos inúmeros também os espaços políticos.

Aos poucos o servente, o motorista, o pintor e o pedreiro ganhavam visibilidade em uma sociedade marcada pela desigualdade e a opressão históricas. “Era ele que erguia casas; Onde antes só havia chão; Como um pássaro sem asas; Ele subia com as casas; Que lhe brotavam a mão” (MORAES, 1959).

Neste artigo, sob as perspectivas da Nova História Cultural e da História Social do Trabalho, analisaremos um acontecimento de curta duração ocorrido na cidade de Curitiba, estado do Paraná, no final da década de 1970, centrando nosso debate na chamada “cultura operária”, onde a resistência do sujeito trabalhador é vista como instrumento de luta em um contexto autoritário – a ditadura civil-militar brasileira. Seguimos a linha de raciocínio de Stuart Hall quando afirma “que cada instituição ou atividade social gera e requer seu próprio universo distinto de significados e práticas – sua própria cultura” (HALL, 1997, p.32). Propomos em seguida compreender as vivências, experiências e práticas cotidianas – tais “universos” expressados por Hall – de uma categoria de trabalhadores específica, os operários da construção civil, em um movimento grevista surgido nos vários levantes da classe trabalhadora no período da redemocratização.

Quando pesquisamos sobre a chamada “cultura operária”, antes de qualquer coisa, precisamos entender o complexo significado de Cultura e nos determos na profícua historiografia do movimento operário. No desenrolar da crítica e da narrativa, fizemos escolhas e apontamos caminhos orientados por três autores específicos: Stuart Hall, sobre a concepção e a centralidade do conceito “cultura”; Peter Burke e seu panorama histórico e historiográfico sobre a História Cultural; e Douglas Kellner, debruçado nos intensos debates entre identidade, mídia e cultura. Sobre a onda de greves ocorrida no final da década de 1970, as obras de Maria Célia Paoli e Nair Heloísa Bicalho de Sousa nos orientam na compreensão das classes trabalhadoras brasileiras.

Comprendemos que existem culturas plurais, percepções de Cultura diversas, dicotomias culturais, guerras culturais, entre tantos outros paradigmas. A junção de campos de estudo variados também caracteriza uma base elementar da História Cultural, como aqui propomos. De acordo com Kellner, “o estudo cultural, portanto, opera com uma concepção

interdisciplinar que utiliza teoria social, economia, política, história, comunicação, teoria literária e cultural, filosofia e outros discursos teóricos” (KELLNER, 2001, p.42).

Os estudos voltados à interpretação, análise e crítica do campo midiático, aqui compreendendo mais as velhas que as novas mídias, presentes nos debates da Nova História Cultural, serão de suma importância para nós, pois nossa principal fonte para refletirmos os acontecimentos é o jornal de grande tiragem *Gazeta do Povo*. Foi através das inúmeras edições do periódico paranaense providas pela Biblioteca Pública do Paraná que resgatamos a ação política de pedreiros da construção civil em um movimento grevista ocorrido de 10 a 30 de novembro de 1979, movimento que contou com forças sociais antagônicas, um conflito violento entre elas e mudanças significativas no mundo do trabalho desta categoria.

“Mundo do trabalho” entendido como espaço de sociabilidades diversas entre sujeitos de um mesmo local de labor: os canteiros de obras de inúmeras empresas nas redes da construção civil. Estando presente a ação política (como a *sabotagem* de máquinas como forma de resistência, a *ação direta* como quebra-quebra de cantinas ou mesmo o simples e ousado ato de *cruzar os braços* perante uma construção em andamento). Contamos com as reflexões de Nair Heloisa Bicalho de Sousa sobre a historicidade dos operários da construção civil e suas características no correr do século XX.

Como nos mostrou possível Kátia Paranhos em seu trabalho “Formação operária: arte de ligar Política e Cultura” ligaremos aqui Cultura à Política e vice-versa. Compreendemos que esses dois campos de saber e ação aparentemente distintos se entrecruzam de forma sistemática, refletindo as vivências, experiências e práticas, além das múltiplas relações que se fiam entre os operários da construção civil, tanto em momentos cotidianos como de ebulição política.

Para isso, buscando a arte em meio à ciência, entre a canção e a rima, Vinicius de Moraes nos orienta uma vez mais: “Ah, homens de pensamento; Não sabereis nunca o quanto; Aquele humilde operário; Soube naquele momento! (...) além do que sabia – Exercer a profissão –; O operário adquiriu; A dimensão da poesia”.

ENTRE O CULTURAL E O POLÍTICO

A Nova História Cultural é um campo deveras abrangente. Não muito diferente dos outros campos das ciências sociais que se expandem cada vez mais na virada do século,

adentrando a chamada era da informação. Entretanto, compreendemos que sua centralidade é a *Cultura*, temática controversa que atravessou os séculos modificando-se em abordagens diversas – aquilo que Peter Burke abarcou em uma “grande tradição”.

Para ele, a história da história cultural poderia ser dividida em quatro grandes fases: “a fase ‘clássica’; a da ‘história social da arte’, que começou na década de 1930; a descoberta da ‘história da cultura popular’, na década de 1960; e a ‘nova história cultural’” (BURKE, 2008, p.16) . Em sua obra, Burke traça uma trajetória detalhada das modificações da história da história cultural no decorrer das décadas finais do século XIX e em todo o XX. Diferente do que ainda é pregado, este não é um campo novo e muitos trabalhos renomados e de peso histórico e historiográfico estão entre eles – ainda hoje lidos, discutidos e criticados. Apesar desta “grande tradição” apontada por Peter Burke, é sabido que a história cultural apresenta tradições, abordagens e perspectivas múltiplas.

Também se discute entre os historiadores culturais se a história cultural não seria uma simples abordagem ou mera metodologia de pesquisa, ou se não abarcaria todos estes paradigmas. Apesar do leque de problemáticas em seus entornos, o que não se pode duvidar é que o território da Cultura é um espaço de intensos debates, entre fortes imposições, batalhas simbólicas e disputas de interesses – travadas no concreto, e não no campo do etéreo. Quem nos elucidava a esse respeito é Stuart Hall.

Queiramos ou não, aproveamos ou não. [...] Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica do novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma “política cultural” (HALL,1997, p.20).

Recaímos no momento específico em que Burke subintitula a “descoberta do povo”. Seria em 1959 que Eric Hobsbawm publicaria “A História Social do Jazz”, e em 1960, Edward Thompson terminaria “A formação da classe operária inglesa”, esta última, obra de relevância inigualável para a história dos movimentos operários e trabalhadores em todo o mundo.

Marxista de formação e militância, mas descrente dos rumos que o comunismo soviético tomava, Thompson deixou de lado o economicismo ortodoxo para se debruçar na

vida íntima dos sujeitos, suas ações, cotidiano, sua fé e seus labores. “Seu livro inclui descrições vigorosas dos rituais de iniciação de artesãos, do lugar das feiras na ‘vida cultural dos pobres’, do simbolismo dos alimentos e da iconografia das agitações sociais. [...] (BUKE, 2008, p.37)

Quando pensamos em Thompson ao ler Peter Burke, rememoro o trabalho de Kátia Paranhos e sua busca incessante em unir cultura à política. Burke tece um questionamento bastante ácido a esse respeito: “Ser um historiador marxista da cultura é viver um paradoxo. Por que os marxistas deveriam se preocupar com o que Marx descartou, por considerar mera superestrutura?”. (BURKE, 2008, p.37) Paranhos descarta a ideia de superestrutura como Karl Marx a teorizou, assim como em graus diversos fizeram Hobsbawm e Thompson.

Afinal, para que Hobsbawm se preocuparia em listar as peças artísticas e literárias, eruditas e populares que circulavam durante os Três Dias Gloriosos de 1830, em seu “A Era dos Impérios”, e Thompson em citar os rituais de enforcamento nas campinas inglesas? Paranhos, não muito distante, ao apontar o tema da educação da classe operária, não descarta a cultura como um dos pilares de sua formação.

É interessante notar que as experiências de educação em países como a França, a Bélgica, a Argentina e o Brasil, entre outros, apontam propostas e práticas de anarquistas, socialistas, comunistas e de diferentes grupos sindicais preocupados com a valorização do estudo e da cultura como uma das condições para a existência de um movimento operário forte. É importante também salientar que a formação sindical, além de adaptar-se às exigências e à estrutura de cada organização sindical, é em geral fortemente condicionada pela relação tradicionalmente instaurada entre os intelectuais e o país (PARANHOS, 2005, p.276).

Paranhos não se esquece de E. P. Thompson e rememora que ele foi responsável pela educação de adultos no Departamento de Estudos Extracurriculares da Universidade de Leeds, entre as décadas de 1940 e 1960.

Foi durante essa época que viveu, ensinou e aprendeu mais sobre os trabalhadores ingleses, percebendo uma “tradição oral muito vivaz e um grande ceticismo com relação à história oficial” (PARANHOS, 2005, p.277). Também segundo Burke, a influência de Thompson sobre os historiadores mais jovens à época foi muito grande, inspirando diversos outros autores e seus trabalhos.

Percebemos em nossos dias um interessante entrecruzamento: a Nova História Cultural e a História Social do Trabalho caminham próximas e em certos momentos dão as mãos. Contudo, este elo não é assim tão atual, pois foi na década de 1960 que os conceitos “cultura” e “sociedade” apareceram com maior frequência nos mais diferentes estudos, tanto de norte-americanos como de britânicos – mas não apenas deles –, preocupados com uma maior conscientização na academia. Estes e muitos outros intelectuais apresentavam, segundo Peter Burke, uma “interpretação econômica e social para as mudanças culturais” (BURKE, 2008, p.27).

Da Europa à América Latina, assim notamos tal elo nos estudos de Heloísa Nair Bicalho de Sousa, “Trabalhadores Pobres e Cidadania”, publicado em 1995 (sabendo que no antigo Terceiro Mundo, teorias, obras e discussões demoravam a chegar).

Se conceitos como “exclusão”, “rebeldia”, “mão-de-obra” e “labor” são as bases de sua pesquisa, “família”, “moral”, “alimentação” e “saúde” comportam-se lado a lado para uma compreensão abrangente do cotidiano e ações políticas dos operários da construção civil.

Não apenas estatísticas, o funcionamento da economia e a resistência explicada pela própria luta de classes por ela mesma que elucidam a História das sociedades e dos sujeitos que a compõem. É então que a História Cultural e sua gama extensa de debates dá um passo à frente.

Burke aponta uma crítica importante proveniente dos historiadores marxistas em direção aos historiadores culturais clássicos, acusando-os de “superestimar a homogeneidade cultural e ignorar os conflitos” (BURKE, 2008, p.36). Os historiadores da Nova História Cultural sabem que a crítica pode ser rebatida. Apesar de a *Cultura* ser um conceito deveras complexo e de difícil definição, comungamos que ela é plural – dispare entre as sociedades, classes, gêneros, espaço e tempo – jamais deixando de lado a concretude das guerras culturais.

Não poderíamos nos esquecer de Ernest Bloch (citado por Burke), quando afirma que nem todas as pessoas existem no mesmo *agora*. Tanto a percepção de tempo, as vivências no cotidiano, a prática perante o nascimento e a morte, a relação com o transcendente, as maneiras de agir, pensar e falar diferenciam-se, são plurais e jamais coesas.

Quando acima citarmos Karl Marx, relembro o que Stuart Hall disse a seu respeito quando refletia sobre os processos culturais na modernidade em detrimento de todos os outros – jamais o descartando.

Até mesmo Marx, cuja ênfase predominante estava, naturalmente, na primazia do econômico e material, sobre o cultural e o simbólico, foi um dos primeiros cientistas sociais clássicos a reconhecer que o que distinguia a ação social humana da ação animal era que a ação e o comportamento humanos eram guiados e informados pelos modelos culturais (HALL, 1997, p.43).

Longe de uma abordagem marxista ortodoxa e, em graus diversos, diferente do que propomos neste artigo, Bicalho de Sousa não especifica um espaço, um período e um acontecimento únicos, mas analisa a formação dos trabalhadores desta categoria em diversas localidades do Brasil no decorrer do século XX, trazendo à tona personagens e grupos anônimos em uma história a contrapelo.

Os operários da construção civil configuram um problema a ser analisado, uma vez que a autoimagem de *pobre* aparece impregnada de um estigma social que resulta em um forte sentimento de exclusão vivido no cotidiano nos menores gestos, atos e desejos, constituindo um elenco de experiências que se acumulam e introjetam um sentimento de inferioridade e isolamento social e político (SOUSA, 1995, p.72).

Este forte sentimento de exclusão presente no seio desta categoria de trabalhadores ainda existente nos dias de hoje, mas de forma mais clara e presente nas décadas da segunda metade do século passado. Pertencentes a classes inferiorizadas da escala social, os pedreiros e serventes de pedreiros pertenciam aos andares mais degradantes das hierarquias de sua classe, vivendo em seu espaço de labor sob aquilo que Bicalho de Sousa aponta como um conjunto de situações “dilapidadoras” da força de trabalho – práticas de trabalho clandestino, políticas de recrutamento, condições miseráveis de alimentação e nutrição, baixíssimos salários, altas taxas de rotatividade poderiam ser encaixadas com perfeita precisão neste conjunto indigno ao qual sobreviviam.

Não obstante, neste artigo adotamos a perspectiva de Maria Célia Paoli, quando olhamos para as classes trabalhadoras não com a frieza ortodoxa de certas correntes historiográficas já ultrapassadas, mas naquilo que chama “história viva” da nova história operária, reconhecendo nos operários “sujeitos históricos [com] emoções, experiências, tradições e valores próprios que os colocam em relação consigo mesmo” (PAOLI, 1987, p.57).

OLHAR DA MÍDIA: GREVE, VIOLÊNCIA E CULTURA OPERÁRIA

Bicalho de Sousa talvez seja uma das únicas intelectuais que, ao abordar as erupções políticas e movimentos grevistas ocorridos no final da década de 1970 e início de 1980, relembra o movimento ocorrido em novembro de 1979 na cidade de Curitiba, mesmo sem muitos detalhes. O que nos levou a adentrar a sua obra foi a maneira que possui de analisar os sujeitos da construção civil de forma a abordar suas ações de resistência em conjunto e consequência a razão de suas práticas e vivências cotidianas – para ela, assentadas na miserabilidade, opressão, violência e hierarquização das relações sociais.

Tendo em vista este quadro de degradação das condições de vida e trabalho, o processo de resistência no interior dos canteiros de obra, combinando quebras, sabotagens, perdas e desvios de materiais, absenteísmos e atrasos, desde a década de cinquenta, foi intensificado no final dos anos setenta com a forte mobilização dos trabalhadores. [...] (SOUSA, 1995, p.85).

O movimento grevista de pedreiros da construção civil de Curitiba ocorreu no início do mês de novembro por razões diversas. Inicialmente ligadas a opressões no mundo do trabalho, como o salário indigno e melhores condições de segurança e vida, além de razões intrinsecamente políticas, se levamos em conta o projeto econômico da ditadura civil-militar, caminhando lado a lado com as forças do capital, fossem elas empresariais brasileiras ou transnacionais – congelando salários, não controlando a inflação, dificilmente repassando o orçamento prometido da União para os Estados, entre tantas outras questões. Pedreiros, serventes de pedreiros e motoristas de inúmeras empresas e construtoras se rebelaram em uma grande greve que sequer contou com a participação de seu sindicato, à época acusado “pelego”. Sobre esse contexto, Bicalho de Sousa elucida que

as greves de trabalhadores da construção civil, especialmente as de 1979, foram a expressão da explosividade da categoria. Surgiram das bases operárias, demandando o fim da política salarial de arrocho do governo autoritário e exigindo o reconhecimento de direitos econômicos, sociais e políticos [...] a partir destes movimentos da base, surgiram diversas Oposições sindicais no país (Curitiba, Vitória), cuja plataforma estava pautada nas propostas do novo sindicalismo (SOUSA, 1995, p.73).

Os acontecimentos que duraram apenas duas semanas deixaram dezenas de trabalhadores detidos e alguns desaparecidos, inflando uma tensão jamais vista até então entre as forças policiais e a classe trabalhadora curitibana. Apesar de enfraquecidos devido as manifestações de oposição à ditadura cada vez mais frequentes, dando brechas para a

vindoura redemocratização, os centros de espionagem e as forças de repressão e segurança ainda funcionavam a todo vapor.

Nossa fonte, o jornal *Gazeta do Povo*, noticia no dia 23 de novembro de 1979 que a população curitibana “jamais havia visto tamanho policiamento nas ruas” (GAZETA DO POVO, 1979, p.31) da capital paranaense como nos dias-chave do movimento em uma manchete e discurso que pendiam mais para as forças de repressão e patronal que para a classe trabalhadora e grevista

Quem analisou de forma profunda a cultura da mídia e a intersecção entre ela e as disputas políticas, econômicas e sociais foi Douglas Kellner. Sua reflexão a respeito da influência de suportes midiáticos em acontecimentos históricos nos interessa, e muito, pelo fato de observarmos tal evidência durante a greve da construção civil de Curitiba. Quando lemos o editorial da *Gazeta* daquele mesmo dia, “A legitimidade da greve e sua degeneração” (GAZETA DO POVO, 1979, p.31), entendemos o que Kellner quer nos dizer quando denuncia os espetáculos da mídia corporativa e a quem ela costuma servir.

Os espetáculos da mídia demonstram quem tem poder e quem não tem, quem pode exercer força e violência, e quem não. Dramatizam e legitimam o poder das forças vigentes e mostram aos não-poderosos que, se não se conformarem, estarão expostos ao risco de prisão ou morte (KELLNER, 2001, p.10).

Ao analisarmos a nossa fonte, percebemos a defesa de patrões e empresários à frente das grandes construtoras paranaenses à época:

Os quadros patronais, tendo em vista um complexo de circunstâncias, estão à beira de falências e concordatas e o simples exame estatístico que se faça às Varas específicas revela que essa foi a indústria mais atingida pela erosão empresarial (GAZETA DO POVO, 1979, p.6).

O editorial está alinhado com os registros do cotidiano do movimento grevista. Existe um temor-pânico de que a sublevação da massa de trabalhadores grevistas se repita. Há uma espécie de alerta à população leitora a respeito da greve. Para o editorial, o movimento é resumido a “um cortejo inquietante de agressões” (GAZETA DO POVO, 1979, p.6). A greve da construção civil seria, naquele contexto comparado com os demais na cidade de Curitiba, “o maior acontecimento de perturbação” dos últimos tempos.

O movimento de trabalhadores da construção civil de Curitiba contou com inúmeras prisões de pedreiros, serventes, motoristas e até mesmo manifestantes favoráveis aos protestos

de rua, como alguns professores e estudantes. À época o Brasil vivia uma ditadura civil-militar desde o início da década de 1960, que apesar de estar enfraquecida perante os movimentos de oposição já bem articulados entre si, contava com o mesmo aparelhamento das estruturas de Estado e de suas instituições que nos anos anteriores, fazendo uso da truculência, da tortura e também da censura.

Kellner é enfático em suas reflexões, as quais rejeitam reproduções teóricas cegas e unilaterais de que as mídias são manipuladoras de corações e mentes, não abrindo espaço para resistências, conflitos e choques de pensamento e ação. Ele aponta que “o melhor modo de desenvolver teorias sobre mídia e cultura é mediante estudos específicos dos fenômenos concretos contextualizados nas vicissitudes da sociedade e da história contemporâneas” (KELLNER, 2001, p.12), estando atento ao mais trivial e diminuto no campo da cultura, jamais deixando de lado o senso crítico que deve sempre nos guiar. Quando ele aponta a importância dos estudos da cultura da mídia no campo do político, afirma que esta “tem desempenhado um papel cada vez mais importante nas eleições, nos embates políticos diários e na legitimação do sistema político” (KELLNER, 2001, p.12).

A Gazeta do Povo, ao reportar os acontecimentos do movimento grevista, não registrou as raízes históricas e sociais para a sua eclosão, permanecendo alinhada com os interesses da classe patronal, detentora das grandes empresas construtoras paranaenses. Para Maria Célia Paoli, “o patronato tem o máximo de arbítrio e o mínimo de responsabilidade, dilapidando homens e mulheres, jogando politicamente na retaguarda, e pensando quase exclusivamente nos seus lucros imediatos” (PAOLI, 1987, p.12).

Para o Kellner, a mídia tem a capacidade de demonstrar quem tem o poder e quem não tem, quem pode exercer a força e violência que lhes é característica em um campo social e quem não. Sabemos que nas greves e erupções políticas dos operários da construção civil foi constatado o maior número de levantes guiados pela *ação direta*².

Durante a greve ocorrida na cidade de Curitiba em 1979, sabemos que a imprensa escrita acusou a classe trabalhadora de “violenta”, instauradora do “caos” e da “desordem”. Bicalho de Sousa esclarece serem os pedreiros e serventes, operários da construção civil em geral, em alguns momentos específicos, realmente violentos. Não pela condição social e

² Parte da cultura operária dos pedreiros da construção civil, segundo Bicalho de Sousa, as ações direta podem ser caracterizadas como explosões de protestos de caráter mais espontâneo, ações de nível mais extremado de violência coletiva a partir de situações-limite, definindo alvos imediatos e visando pressionar as forças empresariais e de repressão contra aquilo que acreditam ser injusto e indigno.

econômica, mas pela opressão a qual são submetidos em seu cotidiano e falta de diálogo com seus superiores – tanto nos canteiros de obra como nos escritórios executivos dos empresários e patrões. A categoria de trabalhadores da construção civil, vivendo em um contate estado de “não-cidadania”, inferidos como *pobres*, sem direitos políticos e sociais, convivendo em um espaço do mundo do trabalho onde as regras eram a opressão, o grito, castigos e o labor, e onde o simples ato de reivindicação através do diálogo poderia resultar na exata demissão, comprometendo a vida de seus filhos,

tais práticas de resistência [violentas] refletem a tensão permanente presente no interior dos canteiros de obras. [...] que molda um comportamento pautado em valores morais, o qual justifica o uso da força para fazer valer direitos básicos dos trabalhadores. Forja-se, assim, uma identidade operária que aponta em direção à disputa do controle do trabalho pelo capital, tendo como horizonte a luta por direitos (SOUSA, 1999, p.86).

Inserimos suas ações naquilo que entendemos ser uma violência no campo político, distante das conceituações deturpadas providas pelo senso comum. Há, para Nilo Odálio, por exemplo, quatro tipos de violência que carecem ser problematizadas e tipificadas: a violência institucionalizada, violência social, violência política e a violência revolucionária.

A violência, no mundo de hoje, parece tão entranhada em nosso dia-a-dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem (ODÁLIO, 2004, p.86).

Contudo, cada uma delas conta com especificidades teóricas e históricas próprias. Sobre violência institucionalizada, Odálio aponta as instituições estatais e seus tentáculos de vigilância e repressão como exemplos clássicos – em regimes totalitários e também democráticos. A respeito da violência social, aponta o cotidiano de quem sofre constantemente a violência da fome, dos maus tratos, dos baixos salários, de doenças, do crescimento exponencial da poluição e da população, etc. Sobre a violência política e revolucionária, suas análises se confundem e se entrecruzam, nos parecendo que certa violência contra as estruturas de vigilância, opressão e indignidade, se torne justificável em momentos-chave da História. Danilo Martucelli ainda corrobora que

esses aspectos são parte integrante da corrente subterrânea da modernidade, [e] estão longe de dirigir a sua dinâmica, tanto estão contrabalanceados por outras dimensões institucionais e por movimentos de contestação coletiva. É

preciso então prestar mais atenção à pluralidade das formas de violência e, sobretudo às diferentes maneiras de aceitá-la (MARTUCELLI, 1999, p.163).

Na tarde do dia 28 de novembro de 1979, momento de maior embate entre os grevistas da construção civil e as forças de repressão foi caracterizado por graus variados de violência política, de acordo com a manchete “Movimento de pedreiros tende à violência” (GAZETA DO POVO, 1979, p.163). As razões para a sua eclosão se encontram nas dificuldades de negociação que se faziam presentes entre o sindicato patronal, representado pelas empresas da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) e o os grevistas que, imiscuídos em conflitos internos com seu próprio órgão de representação, não encontrava soluções conciliatórias, senão o ato explosivo da ação direta em praças e avenidas.

Nos dois dias anteriores, a reivindicação dos pedreiros por 80% de correção salarial havia sido rejeitada pelo Tribunal Regional do Trabalho. Reinvidicação esta que veio das próprias bases da greve. Neste meio tempo, apresentada a proposta de 30% pelo patronato, os conflitos entre os operários e seu sindicato tornaram-se evidentes nas assembleias de greve: “só aceitamos o acordo se a diretoria do sindicato for mudada” (GAZETA DO POVO, 1979, p.163). afirmaram os grevistas. Nas bases do movimento já nascia uma clara oposição sindical.

A violência institucional por parte das forças de repressão tornou-se evidente após inúmeras prisões arbitrárias ocorrerem nas manifestações de rua promovidas pelos trabalhadores grevistas. Uma indagação feita por Paoli sobre a possibilidade de compreendermos as vivências, experiências e ações políticas e culturais das classes trabalhadoras mediante o discurso da ideologia dominante – como aqui utilizamos como fonte um jornal de grande tiragem – pode finalmente ser respondida que sim, é possível. Para ela, os jornais são instrumentos e fontes importantes para o historiador social do contemporâneo. Tais informações, mesmo que esparsas, são

de modo algum irrelevantes. Porque esta trama de práticas de tempos que se aproximam, se cruzam, se cortam ou se ignoram, revela, afinal, a visível heterogeneidade da classe operária em formação, o caráter particular e concreto das relações de dominação (PAOLI, 1987, p.63).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreendermos a cultura operária em momentos de furor e erupções políticas – como o movimento grevista dos trabalhadores da construção civil de Curitiba –, adentramos, mesmo que de forma breve, nas reflexões providas pelos Estudos Culturais, relacionando três autores de grande relevância, entre outros que discutem política, trabalho, mídia e violência.

Afinal, compreender a classe operária pela simples *luta de classes* por ela mesma, como outrora afirmamos, de nada nos serviria. Optamos por esgarçar o cotidiano destes trabalhadores, trazendo à tona aquilo que seria esquecido pelo economicismo rígido ou pelas estatísticas e seus números. Através de Paoli compreendemos, mesmo que de forma breve, a possibilidade e enxergar o operário de outra forma, envolto de complexidades – não mero receptáculo de ordens e opressão. Bicalho de Sousa nos elucidou a formação da categoria de trabalhadores da construção civil.

A cultura da violência está intrinsecamente presente e enraizada no cotidiano das classes trabalhadoras, em especial dos chamados trabalhadores pobres. A sua exclusão é uma marca social, política e cultural profunda – como a força para resistir. Não obstante, mesmo à margem, moralidade inflexível e entretenimento dos mais diversos estão presentes em seu dia-a-dia.

Finalmente, pensando no acontecimento abordado – a greve de 1979 – como entender a *ação direta* dos pedreiros durante a greve se não entendemos as hierarquias e relações entre empregadores, patrões, trabalhadores, serventes, motoristas, suas famílias, seus filhos, sua fé, sua moral e parentescos, seus padres, seus pastores, seus cozinheiros, ou a falta deles em suas cantinas, entre tantas outras questões que poderíamos aqui apontar?

Sigo ainda na linha de raciocínio de Stuart Hall, quando afirma que “a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, *mediando* tudo” (HALL, 2001, p.24). Afinal, como compreender o outro, o trabalhador e sua identidade (a identidade operária) sem perpassar pela cultura? Ele nos mostra ser impossível, pois são elas “ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas. [...]” (HALL, 2001, p.26)

Se Vinicius de Moraes nos deu o tom inicial, trazendo o operário brasileiro em construção, Chico Buarque de Holanda nos mostra a razão de suas ações violentas quando os limites se transbordam, mas também a doçura de sua vida íntima e familiar, e a brutalidade com que o outro, a sociedade, a mídia e as forças que a detêm, diariamente os tratam. Sobe ele

a “construção como se fosse máquina”. Ergue no “patamar quatro paredes sólidas”. “Tijolo com tijolo num desenho mágico, seus olhos embotados de cimento e lágrima”. Sem querer, tropeça “no céu como se fosse um bêbado”, flutuando “no ar como se fosse um pássaro”. Ele, enfim, se acaba “no chão feito um pacote flácido”, atrapalhando o “passei público”. “Deus lhe pague” (HOLLANDA, 2017), responde o operário ao *outro*, enquanto as moscas cobrem seu corpo. Mais um corpo dentre tantos no passar da História.

REFERÊNCIAS

BICALHO DE SOUSA, H. Nair. Trabalhadores pobres e cidadania. **Cad. CHR**. Salvador, n.25, 1995.

BURKE, P. “Introdução”, “A grande tradição”; “Problemas da História Cultural”, “A vez da antropologia histórica”, “Um novo paradigma?”; “Posfácio: História Cultural no século XXI” In **O que é história cultural?**. RJ: Jorge Zahar, 2008, 2a ed. rev. ampl., pp. 7- 98; 164-180.

HALL, S. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, no 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HOLLANDA, Chico Buarque. «**Construção**». Cifras.com. Consultado em 01 de Agosto de 2016.

KELLNER, Douglas. Introdução; cap. 1 “Guerras entre teorias e estudos culturais”; Cap.4 Ansiedades sociais, classe e juventude insatisfeita”, In **A Cultura da Mídia**. Bauru - SP: Edusc, 2001, pp. 9-74; 163-202.

MARTUCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. **Revista Tempo Social**. USP, São Paulo, 1999.

MORAES, Vinicius. **Um Operário em Construção**. Disponível Em <<http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/o-operario-em-construcao>>. Rio de Janeiro, 1959.

ODÁLIO, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PARANHOS, K. Rodrigues. Formação operária: arte de ligar Política e Cultura. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 266-288, Jan./Abr. 2005.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In.: **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987.

GAZETA DO POVO. Consulta de 20 a 31 de novembro de 1979. Biblioteca Pública do Paraná, Curitiba, 2017.